

# O PAPEL DA MULHER RIBEIRINHA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BREVES, PARÁ

## THE ROLE OF RIVERSIDE WOMEN IN THE RELATIONS OF PRODUCTION AND COMMERCIALIZATION IN FAMILY AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY OF BREVES, PARÁ

Kelly Mercês Alves **1**  
Cleide Carvalho de Matos **2**

**Resumo:** Este artigo objetivou analisar o papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves, estado do Pará. O trabalho ancorou-se na pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com mulheres ribeirinhas que comercializam sua produção na feira do agricultor rural no município de Breves. Os principais teóricos que fundamentam a análise são: Antunes (2009), D'Incão e Cotta Júnior (2001), Carvalho (2001), Pinto (2001), Siqueira (2006) e Rocha (2019). Por meio do trabalho na agricultura familiar, as mulheres ribeirinhas transitam no ambiente privado e no espaço público da produção e comercialização dos produtos, contribuindo na geração de renda para família.

**Palavras-chave:** Mulheres Ribeirinhas. Trabalho. Agricultura.

**Abstract:** The article sought to analyze the role of the riverside woman in the relations of production and commercialization in family farming in the municipality of Breves, state of Pará. The work was based on bibliographic research and semi-structured interviews. The interviews were carried out with riverside women who sell their production at the rural farmer's fair in the municipality of Breves. The main theorists that support the analysis are: Antunes (2009), D'Incão e Cotta Júnior (2001), Carvalho (2001), Pinto (2001), Siqueira (2006) e Rocha (2019). In family farming activities, riverside women alternate in the private environment and in the public space for the production and marketing of products, contributing to the generation of income for the family.

**Keywords:** Riverside Women. Job. Agriculture.

---

Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assistente Administrativo Educacional - Secretaria Municipal de Educação de Breves. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9535716190174967>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5982-5793>. E-mail: [kelly\\_alvesma@hotmail.com](mailto:kelly_alvesma@hotmail.com) **1**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunto 2 da UFPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8533815869369392>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3229-9441>. E-mail: [cleidematos@ufpa.br](mailto:cleidematos@ufpa.br) **2**

## Introdução

Historicamente, as mulheres sempre desempenharam – e ainda desempenham – um papel secundário dentro de algumas atividades produtivas nos territórios rurais da Amazônia, ficando mais restritas, em alguns casos, ao ambiente doméstico, quando não, às atividades extensiva a ele, como a agricultura, criação de pequenos animais ou a setores em que o capital incorpora o trabalho feminino de forma precarizada e exploratória, estabelecendo-se como uma relação de poder pautada na desigualdade.

[...] Parece não ser muito questionável dizer que o papel da mulher nas sociedades e nos grupos tradicionais tem tido uma tendência a estar mais ligado à subsistência e aos cuidados do grupo doméstico. No caso da agricultura familiar, a mulher tem participado do trabalho produtivo, ou como mera ajudante, ou até mesmo como responsável por tarefas de roçado, ou por outros tipos de cultivos, mas dificilmente esta responsabilidade incide sobre todas as etapas do processo produtivo (D'INCÃO; COTTA JÚNIOR, 2001, p. 429).

Em algumas comunidades indígenas, essa dicotomia é evidenciada a partir de uma forte relação de poder entre os gêneros, promovidos pelos mais variados discursos que enfatizam esses olhares. Em estudo realizado em uma comunidade indígena, intitulado “O poder das mulheres na sociedade de Kanamari”, Carvalho (2001, p. 553) afirma que:

As representações Kanamari conferem simultaneamente ao homem força sexual e responsabilidade pela reprodução biológica, na qual a mulher tem papel coadjuvante [...]. Desse modo, a descendência é definida mediante a capacidade fecundante própria do homem, através do esperma, o que parece excluir a participação direta da mulher no ato reprodutivo.

A questão de gênero perpassa diversos campos do saber, como no exemplo acima, em que há evidência de uma cultura pautada na ideologia da superioridade máscula com base nas diferenças biológica entre homens e mulheres.

Para compreendermos o papel da mulher nas comunidades ribeirinhas na Amazônia, re realizamos uma pesquisa com o objetivo de analisar o papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves, estado do Pará.

Inicialmente, realizamos pesquisa bibliográfica para acessarmos as produções científicas sobre o universo pesquisado em livros, artigos, teses, dissertações, etc. (SEVERINO, 2007) que permitiram às pesquisadoras o contato com os trabalhos que já foram realizados sobre o tema da pesquisa em tela.

Posteriormente, realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres trabalhadoras rurais<sup>1</sup> que comercializam sua produção na feira do agricultor rural no município de Breves. Uma delas é uma criança de 11 anos de idade que já acompanha os pais tanto na produção como na comercialização dos produtos da agricultura familiar. As demais possuem idade entre 26 e 32 anos, casadas, e possuem em média dois filhos. Todas residem em comunidades ribeirinhas próximas à PA-159 – Estrada Breves-Anajás – e exercem a profissão de agricultoras e comerciantes. Os nomes utilizados na produção escrita da pesquisa são pseudônimos que foram adotados para preservar a identidade das entrevistadas, embora todas tenham consentido mediante assinatura de autorização.

A feira do agricultor rural acontece duas vezes por semana, nos dias de quarta-feira e

<sup>1</sup> As entrevistadas foram informadas sobre a finalidade da pesquisa, bem como assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, conforme estabelece a Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde de 10 outubro de 1996.

sábado; e as entrevistas aconteceram na própria feira, logo após o encerramento das vendas. Nesta pesquisa, utilizamos entrevistas semiestruturadas, haja vista que nessa forma de entrevista

[...] as questões, [...], deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionário é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade (ROSA; ARNOLDI, 2008, p. 30-31).

Após a realização das entrevistas, realizamos a transcrição, respeitando fielmente a fala das entrevistadas.

O artigo está organizado a partir dos seguintes tópicos: esta Introdução; seção “Políticas públicas sociais, trabalho e gênero”, na qual estabelecemos uma conexão entre políticas públicas sociais, as transformações no mundo do trabalho e a precarização dos trabalhadores de forma geral e das mulheres especificamente; na seção seguinte, “Trabalho feminino na Amazônia”, destacamos o trabalho feminino nos territórios rurais e sua importância para o desenvolvimento local. Por fim, o último tópico, “Trabalho feminino na agricultura familiar no município de Breves, localizado no Arquipélago de Marajó”, retrata o resultado da pesquisa, bem como a análise dos dados obtidos, confrontando com pesquisas anteriores de outros autores, seguido da Conclusão e Referências.

### **Políticas públicas sociais, trabalho e gênero**

As políticas públicas sociais de assistência à saúde, educação, saneamento básico, Previdência, etc. são obrigações constitucionais do Estado para atender as demandas da sociedade com a finalidade de promover a equidade social.

Para Höfling (2001, p. 31), políticas sociais são:

[...] ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

Nesse contexto, conforme Höfling (2001, p. 31), as políticas públicas sociais são formas de colocar o Estado em ação; “[...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Um dos requisitos básicos para o acesso a essas políticas públicas sociais é por meio de documentação civil. O estudo “Políticas públicas, gênero e as transformações no território rural: continuidades e descontinuidade em uma comunidade ribeirinha de Rondônia”, de Menezes, Pereira e Silva (2012), trata dessa discussão:

No ano de 2010, foi executada uma ação com enfoque de gênero com o objetivo de diminuir o número de mulheres sem documentação civil e trabalhista na área rural, em novembro aconteceu o mutirão de documentação que faz parte do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR. No distrito de Nazaré foi possível atender 92 mulheres e 39 homens que necessitavam de documentos como Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho (CTPS), carteira de pesca, Certidão de Nascimento, atendimentos e denúncias

sobre violência contra mulher e outros serviços. A iniciativa desse programa é incentivar as mulheres a se documentarem, e uma vez de posse desses documentos, elas poderão acessar outras políticas, ser donas de lote, obter crédito e outros serviços (MENEZES; PEREIRA; SILVA, 2012, p. 3).

Nesta pesquisa, realizada em uma comunidade ribeirinha, nota-se a diferença entre os gêneros em relação ao acesso a documentação civil. Ações como esta são imprescindíveis para solucionar, de forma imediata, alguns problemas relacionados ao acesso das mulheres às políticas públicas sociais. Mas é evidente que essas ações não promovem grandes mudanças em relação à superação das desigualdades de gênero, embora representem uma ação importante no sentido de assegurar cidadania às mulheres.

No entanto, dependendo do tipo de Governo, o Estado pode assumir posições divergentes, ora em favor da igualdade social, ora pela manutenção das desigualdades, sobretudo quando os interesses do Governo estão atrelados aos do capital (HÖFLING, 2001).

As políticas públicas sociais não estão desvinculadas das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Por exemplo, o processo de globalização trouxe modificações intensas nas relações sociais, políticas, culturais, econômicas, etc. Essas mudanças refletiram diretamente na divisão internacional do trabalho nos diferentes países, configurando-se em um movimento ininterrupto de mutações e um intenso processo de precarização da classe trabalhadora.

Para Araújo e Borges (2000, p. 10):

No Brasil, as transformações no mundo do trabalho, decorrentes inicialmente de modificações de base técnica nos anos 80, somente ganharam maior densidade a partir dos anos 90, quando as empresas de forma sistemática deram início à incorporação de inovações organizacionais.

Ainda para eles:

O mercado de trabalho no Brasil, marcado por elevadas taxas de rotatividade e baixos salários, apresenta agora de forma ainda mais acentuada um elevado grau de informalidade e de precarização das relações de trabalho. Proliferam os trabalhos temporários, em tempo parcial, a extensão da jornada de trabalho, o trabalho sem carteira assinada, o trabalho terceirizado e sem benefícios sociais. Por outro lado, as empresas têm aumentado a demanda por trabalhadores mais qualificados para lidar com novas tecnologias (ARAÚJO; BORGES, 2000, p. 11).

Todas essas metamorfoses acarretam sérios problemas que se concretizam nas questões sociais, tais como: fome, pobreza, desemprego em massa, precarização do trabalho/trabalhador, falta de assistência social e previdenciária, além de outros decorrentes destes.

Frente a essas questões sociais e com o avanço do Estado neoliberal e conservador, a situação se agrava ainda mais, principalmente para a classe trabalhadora, que vê seus direitos trabalhistas e sociais se esvaindo em meio à volúpia do capital. Nesse sentido, assinala Höfling (2001, p. 33): “[...] Em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários do capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto”.

Pinheiro e Tamarozzi (2019), no artigo “Família e Estado no capitalismo: atribuições correlatas na proteção dos indivíduos”, trazem uma reflexão sobre as configurações das políticas sociais contemporâneas frente a duas instituições importantes – o Estado e a família. O primei-

ro na condição de mantenedor do sistema vigente, o capitalismo; alimentando-o por meio de mão de obra barata, precarização de serviços públicos, etc.; e a segunda como alvo de ações governamentais; nesse último caso, as classes menos favorecidas.

Este modelo de capitalismo, caracterizado como Estado de bem-estar social, entra em colapso após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) “[...] quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo” (ANDERSON, 1995, p. 10). O neoliberalismo tornou-se modelo hegemônico a partir da década de 1970 nos países de capitalismo avançado, sendo a década de 1980 o momento de triunfo da ideologia neoliberal (ANDERSON, 1995). Para o neoliberalismo, o bem-estar do indivíduo é de responsabilidade da família, a qual passa a ter a obrigatoriedade, juntamente com o Estado, de proteger os indivíduos e suprir suas necessidades básicas.

Segundo Pinheiro e Tamarozzi (2019), o discurso de que há uma intencionalidade em superar a pobreza por meio das políticas públicas torna-se vazio, infundado, se confrontarmos com a realidade a qual vivemos, pois o que presenciamos é o Estado, cada vez mais, atendendo aos interesses de uma minoria, que se constitui cada vez menor, de forma quantitativa, mas que detém um poder econômico exorbitante, e uma maioria com problemas de ordem social, econômica, educacional, etc.; e nessa contradição de prioridades, há ainda uma responsabilização exacerbada na figura da mulher, que, historicamente, aparece submissa, limitada a certos espaços, e discriminada.

Pereira e Cabral (2019), no artigo “Informalidade e crise do emprego no Brasil”, abordam um conceito atual que se configura em umas das questões sociais mais sérias atualmente – a informalidade do setor de trabalho. O trabalho informal, sobretudo nos últimos anos, tem ganhado impulso; e isso se dá principalmente por dois motivos: as políticas neoliberais e os interesses do capital. Os autores contextualizam, historicamente, o tema a partir de 1988 até os dias atuais; destacam como a organização do trabalho foi sofrendo transformações, bem como o processo de redução dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, percebemos que a organização do trabalho, conforme o contexto, tem assumido diversas reestruturações; e isso atinge diretamente a classe trabalhadora, desprovendo-a de direitos, proteção, e contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

Por sua vez, Pinheiro e Tamarozzi (2019) analisam conceitos de informalidade e suas diversas manifestações. Com base em Cacciamali (2000), afirmam que a informalidade faz parte do processo de mudanças estruturais que ocorre na sociedade e na economia, a partir de transformações nas relações de produção, bem como nas formas de inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho. O “Processo de Informalidade” deve ser apreendido através de suas relações e contrastes com o setor formal, o que engloba diversas formas de inserção precarizada no mercado de trabalho sem a garantia de acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Nesse cenário, *precarização* e *desvalorização* são combustíveis para que a crise de emprego se intensifique. Por fim, eles discutem a relação da informalidade com a crise de desemprego no Brasil iniciada em 1990, apontando a dicotomia do formal/informal e as relações de poder que estão enraizadas nesse panorama de mudanças no mercado de trabalho.

Para melhor entendimento desse processo de exploração do trabalho pelo capital, faz-se necessário compreender como se configura a classe trabalhadora atualmente. Para Antunes (2009, p. 101): “[...] a expressão ‘classe-que-vive-do-trabalho’ [...]” pretende dar contemporaneidade ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*. Antunes (2009) define “classe-que-vive-do-trabalho” como a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos,

[...] o trabalhador produtivo, aquele que produz diretamente a mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, o trabalho produtivo, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra

proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (ainda que nele encontre seu núcleo central), incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que são diretamente manuais (ANTUNES, 2009, p. 102).

No entanto, outro grupo que também faz parte dessa categorização são os trabalhadores improdutivos; e sobre essas ramificações e definições, Antunes (2009, p. 102) destaca:

[...] aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam valor [...].

Essas duas dimensões – trabalho produtivo e trabalho improdutivo – servem para elucidar o que se define por “classe trabalhadora” hoje, quais tendências e interesses se constituem como pano de fundo, bem como as consequências que as transformações no mundo do trabalho causam na sociedade. Do mesmo modo, Antunes (2009) destaca o trabalho do proletariado rural, que também faz parte da classe trabalhadora, conforme destacamos a seguir:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviço, também o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital (ANTUNES, 2009, p. 103).

Nas sociedades contemporâneas, embora acompanhemos um aumento gradual do trabalho feminino – crescente no mundo inteiro –, é preciso ressaltar que esse desenvolvimento tem sido acompanhado por diversos aspectos negativos, como: discriminação, precarização, exploração, seja na admissão ou manutenção dessa “classe-que-vive-do-trabalho”. Conforme aponta Antunes (2009, p. 106), referindo-se à pesquisa realizada por Hirata acerca da divisão sexual do trabalho no Japão, França e Brasil:

No que concerne à organização do trabalho, a primeira conclusão é que nos estabelecimentos dos três países o pessoal envolvido era masculino ou feminino segundo o tipo de máquinas, o tipo de trabalho e a organização do trabalho. O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requeria conhecimento técnicos era atribuído aos homens.

Ainda com base na pesquisa de Hirata, Antunes (2009, p. 107) ressalta que a política de organização do trabalho varia de acordo com o sexo:

Nas empresas japonesas, por exemplo, praticam-se abertamente dois sistemas de remuneração, em função do sexo. Na França, quando do processo de seleção, as empresas matrizes não discriminam as mulheres casadas como fazem nas filiais brasileira.

Além das evidentes formas de desigualdades que a mulher enfrenta em relação à sua inserção no mercado de trabalho, destaca-se ainda sua dupla jornada de trabalho, dentro e fora de casa. Pois, ainda que ela venha ocupando novos espaços – e isso é um grande avanço –, ela ainda é a principal responsável por realizar as atividades domésticas, como se estas lhes pertencessem única e exclusivamente.

Para Antunes (2009), a questão de gênero não está desvinculada das questões de classe social; por isso, ao analisar a inserção da mulher no mundo do trabalho no sistema capitalista, é importante compreender essas relações.

[...] A mulher trabalhadora, em geral, realiza suas atividades duplamente, dentro e fora de casa, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 2009, p. 108).

O trabalho feminino exerce um papel importante na sociedade capitalista, seja pela sua inserção na produção, seja pela sua contribuição na reprodução do capital. Todavia, esse processo de inserção das mulheres no sistema de produção capitalista está acompanhado da precarização e aviltamento da força de trabalho feminino.

### **Trabalho feminino na Amazônia**

Para entendermos o trabalho feminino na Amazônia, é necessário compreendermos inicialmente os modos de produção que circundam os territórios rurais. Segundo Wanderley (1996 *apud* CHAVES; CASTRO; MENEZES, 2018, p. 1), “A agricultura familiar é a principal responsável pelos postos de trabalho no meio rural brasileiro”. A agricultura familiar é uma das formas de cultivo/plantio mais antigas, herdada pelos nossos ancestrais, a qual abrange pequenas produções para subsistência e comercialização. Nela, estão inseridos agricultores, produtores rurais, camponeses, ribeirinhos, etc. Geralmente é uma prática de tradição familiar em que os ensinamentos são repassados de pais para filhos(as) por meio de conhecimentos empíricos. Suas atividades envolvem, desde o plantio/cultivo de hortaliças, até a criação de pequenos animais, como aves, suínos, etc.

Para Silva e Portella (2010), citados por Rocha (2019, p. 41): “Entende-se por agricultura familiar como um trabalho que envolve os diferentes membros da família que atuam a partir do cultivo em pequena extensão de terra.”

Por outro lado, para Ploeg (2014), citado por Rocha (2019, p. 43), a definição de “agricultura familiar” tem uma amplitude maior, confundindo-se com as formas de vida das comunidades:

A agricultura familiar também não se define somente pelo tamanho do estabelecimento, como quando falamos da agricultura de pequena escala, mas sim pela forma com que as

peças cultivam e vivem. É por isso que a agricultura familiar é também considerada uma forma de vida.

Acerca do trabalho feminino nesses locais, Rocha (2019, p. 42) afirma:

A participação das mulheres no trabalho na agricultura familiar pode ser entendida como uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira no contexto social e político, uma vez que traz contribuições materiais e imateriais. Sendo assim, a agricultura familiar pode ser compreendida pela lógica da organização de grupos domésticos como força motriz orientadora para a vida social no campo. Um campo que é marcado pelas relações de gênero, e que vai além do processo produtivo.

O trabalho feminino, nesse espaço, apresenta-se de forma polivalente. Há uma enorme diversidade de atividades que elas desempenham, seja no terreiro, roça, ou em atividades correlatas, além das atividades tipicamente conhecidas que se restringem ao ambiente doméstico.

Para Rocha (2019, p. 35),

O modo de produzir adotado pelas mulheres na Amazônia possuem particularidades regionais, pois no Amazonas um dos estados que compõe a Amazônia brasileira abriga em seu cenário, não só peculiaridades ambientais, mas também especificidades nas formas de organizações socioculturais. As mulheres agricultoras buscam o conhecimento com a natureza, combinando produção, preservação e conservação do meio ambiente. Elas se preocupam com a segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, o trabalho feminino nos territórios rurais se configura como um tripé: produção, preservação e conservação do meio ambiente. O que também é apontado por Silva (2009), no artigo “Mulheres extrativistas da Ilha de Juba: seus saberes e suas práticas cotidianas na produção de azeite de andiroba”, no qual apresenta uma pesquisa de campo realizada junto aos moradores da Ilha de Juba/Cametá/Pará, enfatizam o trabalho das mulheres dessa região na Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Percebe-se na pesquisa uma relação de dependência da comunidade com a natureza. Essa dependência pode ser entendida a partir de um elo local, ou seja, da conexão indivíduo e território/natureza. Para as populações tradicionais, existe uma união íntima do seu território com sua construção enquanto sujeito – uma relação fortemente marcada pelo pertencimento local, origens, história, memórias, trabalho, educação e interações sociais.

De acordo com Diegues (1993), citado por Menezes, Pereira e Silva (2012, p. 10), “território” pode ser compreendido:

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o lócus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com o seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial, faz com que os ciclos da natureza sejam associados a explicações míticas ou religiosas.



As populações tradicionais utilizam seu território para sobreviver, seja a água dos rios, que garante o banho, mata a sede e serve para o preparo de alimentos, etc.; seja as florestas, que fornecem alimentos de forma geral e ainda possibilitam a comercialização de alguns produtos, como o azeite de andiroba, extraído dos frutos pertencente a árvores da floresta; ou oriundos da agricultura e criação de pequenos animais, como galinhas, porcos, patos, etc. Dessa forma, há uma relação de reciprocidade do indivíduo com o meio em que vive, não somente no aspecto da subsistência, mas de sustento decorrente da produção para comercialização de produtos.

Por isso, quando esse território sofre alguma modificação, toda a vida em volta é prejudicada; a exemplo, a pesquisa de Menezes, Pereira e Silva (2012) sobre a instalação da Hidrelétrica de Tucuruí e os sérios problemas acarretados para essa comunidade afetou diretamente nos recursos naturais provenientes da floresta. O impacto se dá também no âmbito cultural, pois afeta os saberes, as memórias, a história dos povos, que estão sendo ameaçados pela transformação daquele espaço social e cultural. As autoras também destacam alguns aspectos gerais da localidade pesquisada, bem como o cotidiano das mulheres a partir da imersão na realidade social delas; apresentam de modo categórico os riscos que elas enfrentam diariamente, mas também sua importância enquanto responsáveis pelo sustento das famílias. Nele, é ressaltado que, apesar das dificuldades que esses povos têm apresentado frente ao contexto atual, há uma resistência social e cultural latente.

A investigação demonstra, por um lado, a valorização dos saberes populares, tradicionais, e por outro, uma preocupação com o sistema capitalista, que atribui pouca ou nenhuma importância às singularidades locais e regionais, quando o que está em jogo são os interesses do capital.

Vale ressaltar que os cuidados, bem como a preservação dos recursos naturais, incluindo rios e florestas, são preocupações de quem vive de fato nesses espaços, que tem a sensibilidade e dependem exclusivamente dessas fontes para a manutenção de suas vidas. No entanto, os interesses dos grandes detentores do capital é outro, o que coloca esses povos numa situação vulnerável e fragilizada. Por isso, o papel da mulher trabalhadora que assume diversas atividades, dentro desse espaço social, deve ser valorizado.

## **Trabalho feminino na agricultura familiar no município de Breves, Pará**

D'Incão e Cotta Júnior (2001) afirmam que as pesquisas sobre a presença do trabalho feminino na agricultura familiar evidenciam que este fica restrito ao ambiente de produção, compreendido como uma extensão do trabalho doméstico, e os homens são os responsáveis pela comercialização da produção:

Muitos trabalhos que enfocam sociedade tradicionais e relações de gênero têm demonstrado que quando o produto de uma atividade se torna comercializável, esta sai do domínio exclusivo da mulher. O homem passa a participar da atividade, e ainda, a mulher começa a perder o espaço naquela gradativamente (D'INCÃO; COTTA JÚNIOR, 2001, p. 429).

Apontam ainda que o trabalho da mulher se limita ao espaço privado, não por escolha, mas por imposição de uma cultura que apresenta papéis sociais diferenciados para homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho, nesses espaços, assume uma dimensão social e hereditária, ou seja, as mulheres desde cedo são educadas para essa dupla jornada de trabalho. Logo:

[...] o espaço social da mulher abrangia uma participação no trabalho da lavoura, [...] os roçados de que eram responsáveis situavam-se próximos, na vizinhança da casa, não entrando

em conflito com as atividades domésticas, e o turno de trabalho era menor que o do homem, até que o casal tivesse filhas grandes para ajudar em casa, situação em que a mulher passa a aumentar o seu turno de trabalho no roçado, ou alternativamente, as filhas vão para o roçado e as substituem, ficando ela só com a casa [...] (D'INCÃO; COTTA JÚNIOR, 2001, p. 459).

A esse caráter social, também é acrescido o discurso ideológico que justifica tal divisão usando o seguinte argumento:

[...] sendo perto de casa, o galinheiro, ela contribui com a renda familiar com a sua produção sem deixar de cuidar de suas “obrigações domésticas”; além disso, ela não precisa se sujar, podendo andar sempre arrumada e calçada. Ele ficaria ou com os serviços mais arriscados, abelhas, ou os mais “sujos”, a agricultura. Esta concepção parecendo burguesa, da mulher frágil, convive com os costumes e hábitos bem tradicionais amazônicos [...] (D'INCÃO; COTTA JÚNIOR, 2001, p. 456).

Para Carvalho (2001, p. 561):

[...] Isso implica em considerar que o espaço público – socialmente mais englobante – é por excelência masculino, ao passo que o gênero feminino circunscreve-se mais nitidamente ao espaço doméstico-residencial.

Todavia, na contramão dessas pesquisas acerca da ocupação da mulher em espaços públicos, a pesquisa em tela foi realizada com mulheres agricultoras que comercializam seus produtos na Feira do Produtor Rural na cidade de Breves.

Sobre essa outra percepção da mulher, Miles (1989 *apud* NOVAES, 2015, p.58) afirma que:

[...] é importante ressaltar que o trabalho das mulheres, antes do advento da Revolução Industrial, que separou as esferas de produção e reprodução, possibilitava-lhes mobilidade, autonomia e independência econômica. A mulher estava durante toda a jornada diária arando, plantando, colhendo, tecendo, comercializando, atuando, portanto, no micronível do lar e no macronível do mercado, de modo que homem e mulher podiam ser parceiros no cotidiano produtivo.

Em domínio dessas afirmações, observa-se a partir de Maluf (1995 *apud* NOVAES, 2015, p. 59):

[...] que na prática da vida cotidiana as construções abstratas dos grandes sistemas históricos são desfeitas, já que as fronteiras entre o público (espaço da produção e da política) e privado (espaço doméstico) são fronteiras simbólicas e ideológicas que buscam reforçar e justificar o confinamento da mulher, o que na realidade concreta não ocorre de forma absoluta e passiva. [...].

Conforme exposto acima, observamos uma progressiva expansão do papel das mulheres nos espaços públicos. Por meio desta pesquisa, procuramos mapear quem são as mulheres trabalhadoras que comercializam seus produtos na feira do produtor rural, para, posteriormente, analisarmos como elas estabelecem a relação entre produção e comercialização nos territórios rurais da Amazônia Marajoara (PACHECO, 2009).

Desde muito cedo elas ingressaram nas atividades da agricultura, conforme podemos perceber na fala das entrevistadas: “Olha que eu trabalho na agricultura é desde que nasci, 30 ano (*sic*), 30 e pouco ano (*sic*).” (Relato de dona Raimunda, 2020). Essa característica é comum em comunidades rurais na Amazônia Marajoara, haja vista se constituir em uma cultura local. Dona Maria também afirma: “Desde quando eu nasci *né*, na verdade fui nascida e criada lá e trabalho [pausa], todo tempo com isso.” (Relato de dona Maria, 2020).

Quando questionadas sobre com quem aprenderam o trabalho na agricultura, das quatro interlocutoras, três responderam que foi com os pais, o que se configura em um conhecimento transmitido de pai/mãe para filhos/as fundamentado na tradição familiar e no conhecimento empírico. Somente Rosa (relato de 2020) afirmou ter aprendido com a sogra, justificando que morava na cidade; porém, após casar-se e ir morar no campo, ela começa a ser inserida nas atividades locais.

Com relação às atividades anteriores realizadas pelas entrevistadas antes do trabalho na agricultura, a maioria respondeu o trabalho doméstico, porém Rosa e Maria, diferentemente das demais, realizavam esse ofício de forma remunerada, mas na informalidade: “Antes olha, eu era daqui de Breves, trabalhava aqui, aí depois que eu passei pra lá no caso, trabalhava de bico, diária, mas depois passei pro negócio da feira mesmo.” (Relato de Rosa, 2020). Maria (relato de 2020) narra que: “É, eu já trabalhei como doméstica na cidade”. Já Bia afirma: “Só ajudada (*sic*) a mamãe em casa, fazia as coisas”; Raimunda (relato de 2020): “Não. Sempre foi na agricultura.”

Nesse aspecto, o papel da mulher nessas comunidades ribeirinhas não difere das pesquisas já citadas, que de acordo com D’Incão e Cotta Júnior (2001, p. 429), “[...] Parece não ser muito questionável dizer que o papel da mulher nas sociedades e nos grupos tradicionais tem tido uma tendência a estar mais ligado à subsistência e aos cuidados do grupo doméstico.”

Na pesquisa “Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico”, Siqueira (2006, p. 267) apresenta a percepção das mulheres em relação ao trabalho, naquela localidade: “É comum ouvir a própria mulher dizer depois de horas de trabalho na roça ou fazendo farinha de mandioca que estava ‘ajudando o marido’, ao invés de dizer que estava trabalhando.” Esta concepção tem cumprido uma função social importante na legitimação do papel da mulher restrito aos espaços domésticos. O estudo de Siqueira (2006, p. 267) evidenciou o seguinte:

As mulheres tendem a estar menos envolvidas com os processos de venda e negociação de produtos comercializados. Por exemplo, não se observaram mulheres na área estudada negociando venda de compra do fruto do açaí – produto mais rentável atualmente – e sua presença também era menor na venda de camarão no mercado local [...].

Com relação aos trabalhos realizados pelas mulheres entrevistadas, embora elas realizem a comercialização do produto, quando se referem aos trabalhos que elas realizam, não há reconhecimento da importância dessa atividade.

Ajudo a mamãe lavar roupa, varro a casa, serviço de casa assim. Vai pra roça, a gente faz farinha lá em casa, a gente é [pausa] faz tapioca, vai tirar jambu na roça também *pra* gente trazer as coisas *pra* dentro de casa, tipo a gente faz tudo, só o que a gente não tem é horta lá em casa (Relato de Bia, 2020).

As demais entrevistadas afirmam que: “Só as coisas de casa mesmo, deveres de casa mesmo. Trabalho de agricultura, tipo a gente planta as vezes [pausa], tipo, um vem ajudar a gente, a gente vai ajudar o outro, assim a gente trabalha.” (Relato de Maria, 2020). Raimunda (relato de 2020) reconhece o trabalho que realiza na agricultura e doméstico como diferenciados: “Eu faço trabalho doméstico e trabalho na horta”. Rosa (relato de 2020) também reconhece o seu trabalho em diferentes espaços, porém enfatiza mais o trabalho doméstico: “Olha, às vezes eu participo de curso que tem muito *pra* lá, de área de galinha, de suíno, eles fazem várias formas, no caso a gente participa e em casa é doméstico e às vezes no terreiro”<sup>2</sup>.

Embora as mulheres exerçam um importante papel na comercialização dos produtos da agricultura familiar, elas dão mais ênfase ao trabalho doméstico; e o trabalho na agricultura familiar aparece, na fala das entrevistadas, como sendo a extensão das atividades domésticas. Esta compreensão que as mulheres ribeirinhas apresentam sobre sua vida cotidiana revela que mesmo participando dos espaços públicos por meio da comercialização dos seus produtos, ainda possuem uma ideia de trabalho restrito ao âmbito privado.

Entendemos que a ideia de submissão feminina torna-se complexa a partir do contexto da vida cotidiana e nos espaços simbólicos. É uma espécie de ritualização onde ela se esforça o máximo para ser enquadrada. Analisando-se com detalhes todas as atividades desempenhadas pelas mulheres e suas relações de gênero, percebemos que nelas residem densos significados sociais e simbólicos de qualidade, força, individualização e poder [...] (PINTO, 2001, p. 477).

A relação entre público e privado nas comunidades tradicionais da Amazônia é analisada por Carvalho (2001, p. 561), que identifica o espaço público como genuinamente masculino, e o espaço doméstico como nitidamente feminino, “[...] as mulheres têm seu raio de ação – econômica, social e político-ritual? – mais ou menos cingido à casa, enquanto os homens têm a maior parte das suas atividades orientadas para o âmbito extracasa, isto é, para a floresta e o terreiro [...]”.

Quando perguntamos sobre a participação feminina no sustento da família, Maria respondeu: “Eu e meu esposo, a gente trabalha junto” (Relato de Maria, 2020); Raimunda também afirmou: “É eu e o meu marido” (Relato de Raimunda, 2020); já Rosa respondeu: “Olha quem é mais, é mais eu. Porque no caso eu venho com bebê pequeno, no caso, mas aí eu tenho que vir.” (Relato de Rosa, 2020). Na fala das entrevistadas observamos que elas se percebem como trabalhadoras, que contribuem diretamente para o sustento da família. Rosa, por exemplo, considera que é a principal provedora da família, pois, mesmo com filho pequeno, vem para a cidade comercializar seus produtos.

[...] Talvez seja um processo sutil de barganha que a mulher passa a desempenhar ao longo do tempo devido à amplificação da importância social do seu trabalho e novos papéis, onde ela vai conquistando aos poucos, novos espaços, propiciados pelo melhor nível de escolaridade também (D’ INCAO; COTTA JÚNIOR, 2001, p. 462-463).

Nesse aspecto, a escola possui um papel social muito relevante. Por isso, perguntamos às entrevistadas qual a importância da escola para a trabalho realizado por elas. Para Bia (relato de 2020): “Ajuda muito. [pausa]. Ajuda que eu, tipo, dá o troco *pras* pessoas, assim as coisas, porque tipo tem horas que eles coisam a gente, tipo rouba a gente aqui. [pausa]. Aí ajuda muito.” Segundo Rosa (relato de 2020), a escola é importante “porque como se diz o *home*, aprender, como se diz o *home*, negócio de vendas, a se sair melhor, porque *pra* trabalhar nessa

2 Ela refere-se a terreiro em relação a criação de pequenos animais.

área tem que ser comunicativo, aí no caso senão não vendia nenhum frango [risos]. Ajudou bastante.” Essas falas refletem a importância da escola para o trabalho que elas realizam, pois esse espaço público, cheio de contradições, exige do trabalhador uma postura mais ativa e consciente.

Na pesquisa realizada por Matos e Reis (2018), intitulada “Educação de mulheres ribeirinhas no município de Breves”, as autoras problematizam a concepção de gênero presente na proposta curricular do referido município, chamando a atenção para a visão biológica presente no documento, contribuindo para ocultação de outras identidades, e ainda silenciando as histórias de lutas e conquistas que pertencem aos povos do campo, sobretudo as mulheres. É preciso que a escola esteja engajada na luta por reconhecimento, afinal, ela também é um espaço de formação de identidades de formação social e política, preparando cidadãos para exercer seus direitos e deveres.

Raimunda (relato de 2020) vê a importância da escola numa outra perspectiva: “Sim! Ajuda porque a gente às vezes aprende coisas novas, né, com os professores, eles assim, com os livros também, né, a gente aprende bastante coisa, tipo não poluir, não queimar muito, essas coisas assim ajuda a gente.” Ela atribui à escola a consciência ambiental, que, inclusive, é intrínseco aos moradores do campo.

Na pesquisa “A economia doméstica em Mamirauá”, Lima (2006, p. 151) defende a consciência ambiental dos moradores dessa localidade, compreendendo-a como algo típico dos grupos sociais rurais: “[...] A conservação da natureza é por eles entendida como uma forma de garantir a obtenção continuada dos meios de sobrevivência na área de uso da comunidade.”

A escola é parte importante na defesa da equidade socioambiental e na conservação do meio ambiente natural e cultural. Os conhecimentos solidificados dão base para a transformação dos espaços sociais de atuação da mulher.

No estudo “Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico”, Siqueira (2006, p. 274) aponta:

Entender e valorizar o papel da mulher assim como entender as dinâmicas internas das unidades domésticas é fundamental em projetos de intervenção que visem à melhoria da vida econômica e social dessas populações. Acesso à terra, à crédito rural e cursos de formação devem ser dirigidos e garantidos para homens e mulheres, caso contrário esses projetos tendem a fomentar e a perpetuar relações desiguais entre gêneros.

Às vezes, alimenta-se a ideia de que as pessoas que moram no campo pretendem estudar para vir morar na cidade. Desconsideram que são pessoas carregadas de histórias, memórias, cujas identidades se formam e se fortalecem na localidade a que pertencem. O que podemos fazer para rever esses estereótipos é respeitar e ouvir as vozes desses sujeitos; vozes estas que falam por si e pelos seus em busca de respeito e aceitação, pois somos iguais, quando nossas diferenças são valorizadas e respeitadas. Por isso, ser veículo potencializador da voz de mulheres ribeirinhas é uma forma de recontar a história de lutas e conquistas das mulheres que vivem nas comunidades amazônicas.

[...] quando as relações de gênero são reconstruídas historicamente, explicitam contradições e recuperam a importância dos papéis femininos, na medida em que confrontam a história dominante com a história das mulheres, permitindo novos parâmetros para a análise de papéis sociais e sexuais. Assim, por mais que o discurso ideológico defina a mulher como passiva e submissa frente às condições vividas, existem ações efetivas de mulheres que rompem com os limites arbitrariamente impostos (NOVAES, 2015, p. 60).

Novaes (2015) nos ajuda a compreender que as relações de gênero são construções históricas que precisam ser confrontadas com as histórias reais das mulheres nos diferentes espaços sociais e culturais. Por isso, analisar o papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves é uma forma de dar visibilidade às mulheres que através do seu trabalho constroem novas formas de inserção nos espaços sociais e na valorização da mulher como agente do desenvolvimento local.

## Conclusão

Vislumbramos que a mulher, no sistema capitalista, sobretudo em governos conservadores e neoliberais, vem lutando e resistindo às mais diversas formas de preconceitos e discriminações existentes no meio social. E que todas as formas de olhar a mulher perpassa por distintos campos, seja pelas políticas públicas, que representam as formas como o Estado ver as mulheres, seja pelo aspecto cultural, que circunscreve a mulher a determinados espaços sociais, ou seja pelo trabalho que tem exigido cada vez mais a inserção da mulher, porém de forma precarizada e subalternizada.

Nas comunidades ribeirinhas no município de Breves, as mulheres participam de todas as etapas da produção, inclusive da comercialização do produto; no entanto, quando elas se referem aos seus espaços de trabalho, elas compreendem sua atuação restrita ao ambiente doméstico. Todavia, quando questionadas sobre o sustento da família, elas reconhecem que por meio do seu trabalho elas contribuem para a manutenção da família. Através do trabalho as mulheres ribeirinhas transitam no ambiente privado, do lar, e no espaço público da produção e da comercialização dos produtos contribuindo na geração de renda da família.

Esta pesquisa evidencia ainda que há um processo de empoderamento dessas mulheres em suas comunidades, e a educação é um elemento importante nesse processo. Por meio da educação elas aprendem a importância da preservação da natureza e a trabalhar de forma sustentável, assim como ajudar na comercialização dos produtos, que exigem comunicação e conhecimento de diversos campos do saber.

Fica evidenciado pela pesquisa que o caminho ainda é longo, sobretudo pelo reconhecimento dessas mulheres acerca de seu trabalho e importância. Mas muito já foi modificado – estamos em tempos de mudanças, de construção de novas possibilidades, precisamos ser protagonistas de nossas histórias, para isso, a luta não poderá ser abandonada.

Para que a mulher continue a mudar sua realidade social, relacionada sobretudo à questão de gênero, o Estado precisa garantir políticas públicas que atendam as demandas das mulheres, seja ainda na condição de criança – idade em que a educação é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento; adulta – idade mais produtiva, assim, inserindo-as no mercado de trabalho de forma digna e igual; ou idosa – idade que mais necessita dos serviços relacionados à saúde e Previdência; além, é claro, de tantos outros, que há muito tempo foram negligenciados.

## Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: \_\_\_\_\_. SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARAÚJO, M.A.D. de; BORGES, D.F. Globalização e mercado de trabalho: educação e empregabilidade. **Revista O&S – Organização e Sociedade: revista do Núcleo de Pós-graduação em Administração**, Escola de Administração da UFBA, Bahia, v. 7, n. 17, jan.-abr. 2000. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10485/7494>. Acesso em: 14 fev. 2020.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html). Acesso em: 20 jan. 2020.

CARVALHO, M.R. O poder das mulheres na sociedade de Kanamari. In: \_\_\_\_\_. D'INCÃO, M. Ângela; ÁLVARES, M.L.M.; SANTOS, E.F. dos (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001. p. 533-564.

CHAVES, A. R. dos S.; CASTRO, R.R.A. de; MENEZES, A. de. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. **Rev. Est. Fem**: revista da UFSC, Florianópolis, v. 26, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/42742/36305>. Acesso em: 21 jan. 2020.

D'INCÃO, M. Ângela; COTTA JÚNIOR, H. Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura familiar. In: D'INCÃO, Maria Ângela; ÁLVARES, M.L.M.; SANTOS, E.F. dos (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001. p. 429-465.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. O CEDES**, Campinas, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LIMA, D.de M. A economia doméstica em Mamirauá. In: \_\_\_\_\_. ADAMS, C.; MURIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 145-172.

MATOS, C. C.de; REIS, M.E. dos. Educação de mulheres ribeirinhas no município de Breves. **Rev. Bras. Educ. Camp**: revista do Departamento de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFTO, Tocantins, v. 3, n. 4, p. 1249-1267, set./dez. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/5425/14555>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MENEZES, E.F.; PEREIRA, A.P.de A.; SILVA, M. das G.S.N. Políticas públicas, gênero e as transformações no território rural: continuidades e descontinuidades em uma comunidade ribeirinha de Rondônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1134\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1134_1.pdf). Acesso em: 30 jan. 2020.

NOVAES, E.D. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. **História e Cultura**: revista do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 50-66, dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1691>. Acesso em: 02 mar. 2020.

PACHECO, A.S. **En el corazón de la Amazonia**: identidade, saberes e religiosidade no regime das águas marajoaras. 2009. 353 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 2009.

PEREIRA, S.O.G.; CABRAL, J.P.C. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**: revista da Unitins, Tocantins, v. 6, n. 18, p. 93-102, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1753>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PINHEIRO, J.M. de B.; TAMAROZZI, G. de A. Família e Estado no capitalismo: atribuições correlatas na proteção dos indivíduos. **Revista Humanidades e Inovação**: revista da Unitins, Tocantins, v. 6, n. 18, p. 258-267, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidade-seinovacao/article/view/1777>. Acesso em: 25 fev. 2020.

PINTO, B.C. de M. O fazer-se das mulheres rurais: a construção da memória e de símbolos de poder feminino em comunidades rurais negras do Tocantins. In: D'INCÃO, Maria Ângela; ÁLVARES, M.L.M.; SANTOS, E.F. dos (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFGA, 2001. p. 467-479.

ROCHA, V. de O. **O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca**: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ROSA, M.V. de F.P. do Couto; ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A.M.F. da. Mulheres extrativistas da Ilha de Juba: seus saberes e suas práticas cotidianas na produção de azeite de andiroba. **Revista Margens Interdisciplinar**: revista interdisciplinar da Divisão de pesquisa e Pós-Graduação do Campus Universitário de Abaetetuba da UFPA, Pará, v. 5, n. 6, p.267-282, jun. 2009.

SIQUEIRA, A.D. Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAMS, C.; MURIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 261-276.

Recebido em 25 de março de 2020.

Aceito em 13 de julho de 2020.